

POLÍTICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: o MST como agente potencializador da Educação do Campo

*Philippe Drumond Vilas Boas TAVARES¹
Cezar Luiz De MARI²*

Resumo: Este artigo parte do pressuposto que os debates em torno da Educação Ambiental (EA) ganham espaço em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e pela supremacia da racionalidade produtivista sobre os interesses ecológicos. Entendemos que a EA, mais do que normatização legal, constitui-se como prática cotidiana nos movimentos sociais. Mediante análise documental e bibliográfica, buscamos comparar os princípios da EA produzidos na Zona da Mata Mineira, especificamente dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) - vinculados às práticas sociais como práticas educativas - com as orientações de convenções internacionais. Tratando-se de um ramo da educação, a EA não se desvincula desta, ao passo que necessita transitar entre outras áreas do conhecimento, a fim de embasar melhor suas prerrogativas. A educação proposta pelo MST visa criar uma identidade dos sujeitos envolvidos nos conflitos e na

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, do Departamento de Educação, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), na linha de pesquisa *Educação, Estado e Sociedade*. E-mail: philippe.tavares@ufv.br

temática do movimento. Assim, a EA assume papel de destaque neste cenário educacional, servindo como instrumento primordial na consolidação de novos saberes relacionados a um novo modo de produção sustentável. A presente pesquisa evidencia que as regulações governamentais – leis, estatutos, os Parâmetros Curriculares Nacionais – apontam a necessidade de se trabalhar a perspectiva da EA sob um viés transformador, condição que é oferecida pelo MST em seus cadernos de formação e materiais afins, de modo a romper com os paradigmas educacionais relacionados à educação rural e reafirmar os preceitos da Educação do Campo, ressignificando as relações de trabalho no modo de produção agrícola.

Palavras-chave: Práticas Educativas. Movimentos Sociais do Campo. Desenvolvimento sustentável.

POLICIES AND ENVIRONMENTAL EDUCATION: the MST as powerfull agent of field of education

Abstract: This paper assumes that the debates around the

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor adjunto do Departamento de Educação da UFV, atuando como professor do Programa de Pós-Graduação em Educação nas áreas de Política Educacional, Ciência Política e Educação. E-mail: cezar.demari@ufv.br

Environmental Education (EE) gain space in a context marked by the continual degradation of the environment and the supremacy of the productivist rationality of ecological interests. We understand that EA rather than statutory regulation, is constituted as a daily practice in social movements. Through a documentary and bibliographic analysis sought to compare the principles of environmental education produced in the Zona da Mata Mineira, specifically within the Landless Workers Movement (MST) - linked to social practices as educational practices - with the guidelines of the international conventions. In the case of a branch of education, EA is not out of this, while others require a transition between areas of knowledge in order to better ground its prerogatives. The education proposed by the MST aims to create an identity of persons involved in the conflict and the theme of movement. Thus, EA assumes a prominent role in this educational setting, serving as a primary instrument in the consolidation of new knowledge related to a new way of sustainable production. This research shows that government regulations - laws, statutes, National Curricular Parameters - point to the need to work with the prospect of EA under a transformer bias condition that is provided by MST in their notebooks and related training materials so to break with the educational paradigms related to rural education and reaffirm the precepts of rural education, giving

new meaning to labor relations in the mode of agricultural production.

Keywords: Educatives Pratices. Countryside Social Movements. Sustainable development.

1 Introdução

A Educação Ambiental (EA), especialmente a partir da segunda metade do século XX, tem emergido como um campo de estudos e de práticas, cuja contribuição tem feito avançar a consciência sobre as relações humanas, apontando caminhos de mudanças para relações socialmente justas e sustentáveis. E, sobretudo, os movimentos sociais têm exercido protagonismo na EA. Tanto nas práticas quanto nos documentos do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), Sindicatos Rurais, Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), observamos em suas pautas a defesa dos princípios da agroecologia, uso sustentável do solo, relações solidárias, processos organizativos baseados na solidariedade e na organização coletiva dos grupos sociais. Desse modo apresentam, renovam e atualizam a pauta da EA, tornando o campo normativo, com práticas educativas e organizativas.

O avanço na consciência ambiental remete à Conferência de Estocolmo (1972) e Congresso de Belgrado (1975), que edita a Carta de Belgrado com os princípios da EA. Estes, sinteticamente, podem

ser assim expressos: *conscientização, conhecimento, atitudes, habilidades, capacidade de avaliação e participação*. Temos, ainda, a Convenção de Tbilise (1977) e a Conferência Internacional sobre meio ambiente, sociedade, educação e consciência pública para a sustentabilidade, realizada em Tessalônica, na Grécia, em 1997, reforçando os aspectos da EA da mobilização, identidade cultural, ética e práticas interdisciplinares.

Como as novas tendências mundiais têm apresentado à sociedade constantes provocações relativas ao meio ambiente, à EA e ao desenvolvimento sustentável, muito se discute sobre essas temáticas, sobretudo pela agressiva força do desenvolvimento atual que se molda e se constitui a partir de padrões energéticos que atingem os recursos naturais e humanos. Como diz Pádua (2002), os efeitos do modelo dominante de desenvolvimento têm resultado na concentração de poder com iniquidades sociais sem precedentes, além da perda acelerada das riquezas culturais e naturais que se formaram ao longo dos tempos.

Entre os desafios postos atualmente, está o desenvolvimento sustentável, apontado por Jacobi (2003), em que a produção de conhecimento deva contemplar as inter-relações do meio natural com o social. Análise esta que deve atentar aos determinantes do processo o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que

aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize um novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

Para a sociedade avançar no campo da superação dos desequilíbrios ambientais é necessário que haja a construção de uma nova racionalidade e de uma nova consciência que incidam sobre as causas do desenvolvimento atual. Isso implica produção de conhecimentos sobre as causas dos desequilíbrios e práticas que indiquem os processos de superação dos mesmos. Ao mesmo tempo em que se desenvolvem processos de degradação ambiental, cresce também a consciência coletiva de que é necessário desenvolver outras relações econômicas, sociais e ambientais. O modelo de desenvolvimento atual está sustentado no uso dos recursos minerais e na manutenção das taxas de lucro e crescimento dos países centrais. Os países periféricos têm sido condicionados a abrir e explorar suas economias, florestas e outras riquezas naturais em função desse modelo. De acordo com Marcatto (2002, p. 8):

O modelo de desenvolvimento atual, desigual, excludente e esgotante dos recursos naturais, tem levado à produção de níveis alarmantes de poluição do solo, ar e água, destruição da biodiversidade animal e vegetal e ao rápido esgotamento das reservas minerais e demais recursos não renováveis em praticamente todas as regiões do globo. Esses processos de degradação têm sua origem em um modelo complexo e predatório de exploração e uso dos recursos

disponíveis, onde conceitos como preservação, desenvolvimento sustentável, igualdade de acesso aos recursos naturais e manutenção da diversidade das espécies vegetais e animais estão longe de serem realmente assumidos como princípios básicos norteadores das atividades humanas.

Ante o exposto, pretendemos com este trabalho perceber quais os preceitos que orientam o MST em sua prática rotineira, em se tratando de EA e seus princípios delineados acima, assim como identificar o foco da ação do movimento, em particular na região da zona da mata mineira, para podermos analisar, sob o respaldo do referencial teórico, se tais iniciativas sociais têm logrado êxito em suas implementações, identificando qual o impacto na realidade social dessa região e também no cenário nacional.

Oriundo de uma pesquisa bibliográfica e documental, o presente artigo foi elaborado por meio da metodologia da Análise do Discurso Crítica (ADC). Para trabalhar com o discurso, Fairclough (2001) sugere uma análise tridimensional, explicando que qualquer evento ou exemplo de discurso pode ser considerado, simultaneamente: um texto (análise linguística); um exemplo de prática discursiva (análise da produção e interpretação textual); um exemplo de prática social (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo). A análise textual pode ser organizada a partir de categorias como: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, numa escala

ascendente. Na análise da prática discursiva, serão usadas especificamente três categorias formais (que também estão interligados a traços textuais): a força dos enunciados, os tipos de atos de fala, a coerência e a intertextualidade dos textos. Já a análise da prática social nos permite a compreensão de que o discurso, como expressão da produção do conhecimento, se insere nas relações de poder, propiciando perceber se as práticas discursivas reproduzem, reestruturam ou são contraditórias com as tendências atuais.

2 Questões regionais

Minas Gerais também convive diariamente com a agressão ao meio ambiente mediante os vários níveis de problemas acumulados: desde problemas do tratamento dos resíduos de petróleo, as águas servidas e resíduos industriais que são direcionadas aos rios, os resíduos sólidos, que ainda não contam com uma política de tratamento nos municípios, dentre outros.

No meio rural de Minas Gerais, persiste a força das corporações que incentivam o uso indiscriminado de agrotóxicos, cujas consequências têm levantado questões atuais sobre a alimentação e a condição de saúde dos trabalhadores; os dejetos animais que são depositados em córregos, o descuido com o uso do solo, queimadas, destruição de matas ciliares em função do avanço

das pastagens e outros. São realidades vividas por municípios de Minas Gerais.

A atuação do MST na zona da mata mineira se faz presente por meio de instituições colaboradoras em prol do desenvolvimento sustentável e por meio de parcerias com sindicatos da região. Uma destas parcerias de sucesso é o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), localizado em Viçosa-MG, o qual possui em sua história um longo traço de compromisso com a sociedade em fornecer subsídios e insumos para um desenvolvimento sustentável da região, por meio de parcerias com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e outros parceiros importantes, como o programa de extensão TEIA, desenvolvido nas dependências da universidade, extrapolando sua atuação para além dela. Em ação desde 2005, esse programa se propõe a gerar interação entre Projetos de Extensão a partir da utilização de ações integradoras e de intensa participação popular. Com foco na necessária interligação extensão-ensino-pesquisa, procura a investigação-ação e a interdisciplinaridade com base em metodologias participativas e densa dialogicidade.

3 Avanços e conquistas: aporte legal para atuação na prática

No final dos anos 1990, foram criados diversos espaços públicos de debate sobre a educação do campo, como por exemplo: o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I

Enera, em 1997, organizado pelo MST e com o apoio da Universidade de Brasília (UnB), entre outras entidades. Nesse evento, foi lançado um desafio: pensar a educação pública para os povos do campo, levando em consideração o seu contexto em termos políticos, econômicos, sociais e culturais. Sua maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e sua produção, além da organização coletiva, as questões familiares, o trabalho, entre outros aspectos.

Segundo Caldart (2002), durante o I Enera foram colocadas em pauta as reflexões e práticas pedagógicas possíveis para o meio rural. Utilizava-se uma nova perspectiva de pensar a Educação do Campo, descentralizando as discussões nos estados e municípios. Nesse encontro surge a ideia de uma Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. A autora sinaliza que esse foi um grande avanço, pois permitiu a participação popular na construção de ideias e discussões que influenciariam as políticas públicas do país. Dessa forma,

Toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico, isto foi feito para o meio rural e muito poucas vezes com os sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos (CALDART, 2002, p. 28).

Em 1998, foi criada a *Articulação Nacional por uma Educação do Campo*, entidade

supraorganizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional. Dentre as conquistas alcançadas por essa Articulação estão: a realização de duas Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo – em 1998 e 2004; a instituição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002, e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003.

A I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, de 1998, foi uma parceria entre o MST, UnB, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essa Conferência é considerada um marco para o reconhecimento do campo enquanto espaço de vida e de sujeitos que reivindicam sua autonomia e emancipação. Nela foram debatidas as condições de escolarização face aos problemas de acesso, manutenção e promoção dos alunos; a qualidade do ensino; as condições de trabalho e a formação do corpo docente, além dos modelos pedagógicos de resistência que se destacam enquanto experiências inovadoras no meio rural. A socialização desses modelos sinalizava a construção de uma proposta de educação do campo e não mais educação rural ou

educação para o meio rural (SANTOS, 2012).

Outro aspecto de tamanha relevância se dá em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria n.º. 10/98. Foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, vinculado ao gabinete do Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Em 2001, o Programa passa a fazer parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Considerando a diversidade de atores sociais envolvidos no processo de luta pela terra no país, o Pronera é uma expressão do compromisso firmado entre o Governo Federal, as instituições de ensino, os movimentos sociais, os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, governos estaduais e municipais.

O Pronera surgiu a partir de um debate coletivo efetuado no I Enera. Esse debate contou com a parceria do grupo de trabalho de apo à Reforma Agrária da UnB, o MST e organizações nacionais e internacionais, tais como: CNBB, Unesco e Unicef. Após um período de reuniões e discussões sobre a temática em pauta no Enera e, em função de um alto índice de analfabetismo e baixos níveis de escolarização entre os beneficiários do Programa de Reforma Agrária, decidiu-se dar prioridade à questão da alfabetização de jovens e adultos, sem deixar de contemplar as demais alternativas para a educação do campo.

Segundo Pereira (2008, p. 29), o Pronera, “sendo fruto da incansável luta dos movimentos sociais do campo”, desponta no país com a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as dimensões da vida humana – econômica, social, ambiental, política, cultural e ética - e executar políticas de educação em todos os níveis de ensino.

No Brasil, a obrigatoriedade de promover a EA “em todos os níveis de ensino” inicia-se com a Constituição Federal de 1988 (Cap. VI, art. 225, parágrafo 1, inciso VI), seguida da inclusão do tema *Meio Ambiente* nos Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC - PCN (BRASIL, PCN, 1997), consolidando-se como política pública com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada em 2002.

Na Política de EA definida no Brasil a partir da Lei 9.795 de 1999, é estabelecido que na formação dos estudantes e professores, tanto no espaço formal quanto no espaço informal, deva-se contemplar os conteúdos de modo transversal a fim de subsidiar a consciência sobre as questões ambientais. Fazem parte dos princípios da EA: o enfoque holístico, democrático e participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; o

pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; a vinculação entre a ética, educação, trabalho e as práticas sociais; o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. Observamos nisso que o seu caráter político e transformador da EA também está confirmado no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, no Plano Nacional de Educação Ambiental - PNEA e no Programa Nacional de Educação Ambiental - Pronea, de 2005.

Também está definido em Lei os fundamentos da EA, quais sejam: democratização das informações; fortalecimento da consciência crítica sobre a problemática social e ambiental; incentivo à participação individual e coletiva, de forma permanente e responsável na preservação do meio ambiente; o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade; o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações.

Compreendemos a definição de EA no amplo aspecto em que a mesma é definida dentro do contexto das relações econômicas, sociais, culturais, ambientais. Ou seja, não separamos as dimensões complexas da sociedade da condição ambiental. Esta vem no

conjunto das lutas sociais e expressa em si mesma as contradições do período atual do capitalismo. Da mesma forma, compreendemos o conceito sustentabilidade. Definimos este nos termos descritos por Lima (2002), se olharmos do ponto de vista das virtudes do discurso, pode-se dizer que ele inova: ao propor uma estratégia multidimensional de desenvolvimento, que tenta superar os reducionismos dos modelos anteriores; ao incorporar uma visão de longo prazo sintonizada com os ciclos biofísicos e com o futuro; ao considerar a dimensão política dos problemas ambientais, comumente abordados de uma perspectiva meramente técnica; ao discutir as relações norte-sul e ao recomendar o uso de teorias e métodos multidisciplinares de análise, aproximando as ciências naturais e sociais na abordagem da relação sociedade-ambiente.

Não se trata da defesa do discurso parcial, como já observamos nos discursos da década de 1990, em que a sustentabilidade enfocava o objetivo de desenvolver a partir dos países centrais, mas a partir os países periféricos que enfocam uma nova relação norte-sul, com princípios e ações políticas globais que pudessem produzir ajustes nas relações econômicas, sociais e políticas entre essas nações.

Por outro lado, somos cômicos de que a EA, antes de mais nada, solicita uma relação de respeito com aqueles que de fato

conhecem e trabalham na terra, os agricultores. Como sabemos, se a agroecologia se constitui hoje como objeto e prática acadêmica, o seu ponto de partida muito se deve aos agricultores, pouco escolarizados, que, na resistência às imposições da “revolução verde”, não só negaram o uso de agrotóxico, bem como assumiram guardar saberes para um uso sustentável da terra.

4 Educação Ambiental pela educação do campo: ressignificação das relações de trabalho e dos modos de produção agrícola

Ao que observamos pelas documentações, cartilhas e práticas produzidas no MST da zona da Mata mineira, inferimos que o processo das práticas educativas contém, implicitamente, os princípios e os fundamentos da EA. Na nossa hipótese, tanto os princípios quanto os fundamentos buscam um campo de abrangência de tal modo que se aproximam das práticas e valores defendidos pelos movimentos sociais.

Partindo de uma ação educadora de seus integrantes no sentido de não somente alfabetizá-los, mas também formá-los para as necessidades do movimento, o MST abre caminho para a implantação de uma nova realidade educacional para o campo. Não se trata apenas uma educação do campo ou para o campo, é um momento histórico que tem o MST como principal agente desta iniciativa, juntamente com outros movimentos sociais, como, por exemplo, o Movimento dos atingidos por barragens (MAB). Ou

seja, é preciso letrar os integrantes para a identificação com as demandas do movimento, fazer com que as informações expostas por meio da alfabetização possam fazer sentido em sua prática cotidiana.

Por mais que estes movimentos tenham surgido do bojo de relações conflitantes com o Estado em meados dos anos de 1980, com o início do primeiro mandato presidencial de Lula, em 2003, há uma reconfiguração do posicionamento dos movimentos, também chamados de Novos Movimentos Sociais. Se o Estado era visto antes como obstáculo a ser superado, hoje, com a composição de um governo mais favorável a negociações deste porte, o último é encarado como um aliado nesta investida.

Desse modo, a proposta desses “Novos Movimentos Sociais” constitui uma espécie de atualização da dimensão conscientizadora da educação rural, fazendo-se um movimento organizado na perspectiva da construção da “identidade da educação do campo” (MUNARIM, 2008, p. 16). Souza (2008) vai mais além e afirma que a constituição do Setor de Educação no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, juntamente com a quebra do paradigma de educação rural, tem influenciado sobremaneira o modo como as pesquisas em educação do campo estão se desenvolvendo, o que, por sua vez, leva, inevitavelmente, à construção e conseqüente remodelação da ótica com que esta realidade social é analisada.

É necessário salientar que até mesmo a terminologia que enfatiza os estudos dessa área possui suas particularidades. O termo Educação Rural era empregado para descrever as metodologias utilizadas em um contexto rural, em oposição ao contexto urbano. Com a mudança dos paradigmas educacionais em virtude da luta dos movimentos sociais do campo, a educação agora assume forma mais consistente e definida, com metodologias adequadas às suas demandas; assim, surge o termo *Educação do Campo*.

Arroyo e Fernandes (1999), na Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, enfatizaram que o termo “campo” é resultado de uma nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais e deve ser adotada pelas instâncias governamentais e suas políticas públicas educacionais, mesmo quando ainda relutantemente pronunciada em alguns universos acadêmicos de estudos rurais. Não se trata apenas de uma mudança de nome, mas sim de uma afirmação de valores e crenças que são imanentes ao campo, porém enevoadas pela ótica desenvolvimentista. Santos (2012, p. 2) explica esta mudança:

A superação da educação rural vista apenas como uma formação mercadológica e a recente concepção de educação do campo foram constituídas por uma longa trajetória de lutas e discussões no interior dos movimentos sociais, das entidades, representações civis, sociais e dos sujeitos do campo. A mudança na compreensão desse conceito reflete muito mais do que uma simples

nomenclatura. Ela é inevitavelmente o resultado de um olhar politicamente referendado na busca pelos direitos sociais e na defesa da seguinte trilogia: educação, sociedade de desenvolvimento, fatores indispensáveis para a concretização de projetos políticos-pedagógicos que busquem encarar a realidade e atender as necessidades da população do campo. Sendo assim, estas são ações que pressionam as lideranças governamentais na criação e organização de políticas públicas para os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

A mudança de nome, por mais que pareça algo sutil, foi de suma importância para que fossem superados, ainda que parcialmente, os estereótipos sobre o homem do campo. Ainda assim, as classificações dicotômicas entre rural e urbano subjagam os agentes do campo e os enquadram como personagens passivos de sua história, sendo que há muito para ser conquistado no sentido de valorização do campo.

5 A importância do MST na implementação de iniciativas educacionais

Culturalmente, o MST impacta na vida de seus integrantes de forma a desenvolver atitudes coletivas, para que haja uma reconstrução dos valores sociais e para que o espírito de inovação seja despertado em cada um, pois ao procurar mudar uma realidade excludente, o trabalho em equipe por si só já atua de forma a incluir ao menos os participantes de suas ações, indo de encontro ao ideal liberal de individualismo. O que diferencia este movimento dos outros movimentos sociais é sua

capacidade de organização, difusão midiática, constituição de símbolos e potencial de negociação, bem como o alcance junto ao público que suas ações externas alcançam.

A educação dentro do MST surgiu em meados da década de 1980, quando foi identificada a necessidade de uma escola diferente daquela onde as crianças dos assentamentos estudavam, tendo em vista que eram crianças que tinham vivenciado uma realidade de exclusão e discriminação de maneira intensa em suas vidas. Assim, além de questionar acerca de como seria a escola dos assentamentos, os membros do MST ainda tinham que lidar com o despreparo dos educadores da época, os quais sem ter conhecimento prévio de como era a realidade desses alunos, acabavam por trabalhar da mesma maneira que atuavam nos centros urbanos, deixando a maior parte das obrigações para o livro didático. Este, por sua vez, só reforçava os aspectos discriminatórios e excludentes em relação a essas crianças (SOUZA, 2003).

O MST, ao propor a formação de seus militantes, possui um vasto material (in) formativo, como revistas, folhetos, vídeos, cartilhas, dentre outros, contendo referências aos temas contemporâneos, objetos de reivindicações do movimento, como por exemplo, a reforma agrária. Em sua página na internet (www.mst.org.br), há uma coletânea de material dessa modalidade, onde encontramos um caderno de instrução e formação política, assim como outros

folhetins, tendo como função difundir seus ideais e possibilitar o acesso do assentado a um material específico em relação à temática das reivindicações do movimento. Em seu Caderno 1, a abordagem gira em torno do uso de agrotóxicos, suas causas e seus efeitos, assim como as alternativas viáveis para o desuso desta prática.

Em virtude dos recentes estudos comprobatórios dos males causados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos para a produção de alimentos em larga escala, o movimento pauta suas ações em torno da reformulação do quadro atual da produção alimentar. É apontado como alternativa a este modo de produzir uma iniciativa que parta do princípio agroecológico do respeito à natureza e ao próprio homem, um dos atingidos pelas mazelas provocadas pela contaminação por agrotóxicos, seja de maneira direta, ao consumir um produto que tenha passado por esse modo de produção, bem como de forma indireta, ou seja, a mãe que tem contato com produtos contaminados e acaba por transmitir para seu futuro filho por meio da gestação.

No Caderno de Educação do MST, nº 09 (1986), temos que é tarefa política essencial combater o modo atual de produção capitalista por meio da agricultura ecológica, economia solidária, estratégias locais/regionais de produção e consumo, pois tal postura propõe avançar na construção destas iniciativas, que são a saída para romper com esse modelo produtivo imposto. Modelo este que concentra

riquezas, expulsa a população do campo e produz pobreza e envenenamento. Dessa forma, a atenção desses materiais é voltada para preparar e subsidiar a militância social com elementos que possibilitem o diálogo com a sociedade.

Estes princípios do MST vão ao encontro das ideias de Le Grange (2002, p. 82-83), quando o autor aponta que a educação para o meio ambiente tem servido como base para discursos mais recentes que se desenvolveram dentro da EA, como Educação para o Desenvolvimento sustentável (EDS), a Educação para um Futuro Sustentável (EFS) e Educação para a Sustentabilidade (EpS).

6 Utilização de agrotóxicos no Brasil

Para que estes objetivos sejam alcançados pelo movimento, o foco da luta é o combate aos agrotóxicos, sob todos os pontos de vista possíveis, desde o mal que estes acometem à saúde humana até o monopólio instaurado ao redor do mundo pelas multinacionais produtoras dos agrotóxicos, chamados por elas de “defensivos agrícolas”.

Anualmente, são usados no mundo aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos. O consumo anual de agrotóxicos no Brasil tem sido superior a 300 mil toneladas de produtos comerciais. Expresso em quantidade de ingrediente-ativo (i.a.), são consumidas anualmente cerca de 130 mil toneladas no país;

representando um aumento no consumo de agrotóxicos de 700% nos últimos quarenta anos, enquanto a área agrícola aumentou 78% nesse período (EMBRAPA, 2011).

O mercado brasileiro de agrotóxicos é o maior do mundo, com 107 empresas aptas a registrar produtos, e representa 16% do mercado mundial. Além disso, o Brasil também ocupa a sexta posição no *ranking* mundial de importação de agrotóxicos. A entrada desses produtos em território nacional aumentou 236%, entre 2000 e 2007. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é o principal destino de agrotóxicos proibidos no exterior. Dez variedades vendidas livremente aos agricultores não circulam na União Europeia e Estados Unidos. Foram proibidas pelas autoridades sanitárias desses países (WEISSHEIMER, 2011).

Percebe-se, então, que, em virtude deste cenário que vem se configurando no país, onde o consumo de agrotóxicos atinge índices alarmantes, chegando às nossas mesas alimentos tratados com venenos já proibidos em países desenvolvidos, a postura de resistência que o MST adota é fundamentada, a ponto de estabelecer uma alternativa viável para a produção destes alimentos, assim como seu consumo saudável.

7 Para um grande desafio, uma estratégia impactante

A economia solidária, apontada pelo movimento como

uma alternativa real para o enfrentamento das mazelas causadas pelo uso indiscriminado de agrotóxicos nas plantações, se apoia em um pressuposto educacional para impactar nas vidas dos assentados e da população em geral: a EA. O MST não renega a importância do agronegócio para o crescimento e desenvolvimento do país, porém enfatiza uma forma de gestão eficiente do mesmo.

A proposta que o MST apresenta para combater esse quadro de contaminação é o uso dos princípios da economia solidária para uma produção alimentar mais eficiente e saudável. Mance (1999) descreve este novo modelo econômico - a economia solidária - como uma estratégia para um projeto alternativo de sociedade, que cria um modelo próprio de organização do trabalho; constitui um microcosmo da economia global. Fundamenta-se na organização solidária da produção, em que todos trabalham e produzem e todos ganham. Baseia-se na organização coletiva em moldes democráticos, igualitários e está centrado na concessão mútua de avais solidários.

Além desses aspectos, as organizações de economia solidária pressupõem que as relações humanas estabelecidas nesses contextos são relações de igualdade, de colaboração e preocupação com o outro, o que as difere em essência daquelas que normalmente ocorrem nas organizações estruturadas em competitividade (KANAN, 2011). É

essa competitividade que impulsiona o agronegócio em busca apenas de números, obliterando a qualidade de vida da população ao oferecer um alimento fora das condições ideais de consumo. Como transformar tal realidade?

Entendemos que educar não se reduz a uma transposição didática, mas, por exemplo, nas situações em que o homem intervém na natureza, estabelece relações de troca de experiência e saberes entre si e, ainda, em situações objetivadas para uma comunhão para uma aprendizagem que incorpore a experiência e os saberes de domínios escolares. Isso indica que, na medida em que se toma a educação como um processo que perpassa toda vida social, compreende-se, por extensão, que a EA se inscreve na produção propriamente dita, mas, também, nas relações de trabalho, no consumo, no cotidiano familiar, na produção e na apropriação da cultura.

O MST aposta na EA, com seus princípios já tratados anteriormente neste trabalho, de forma a impactar na formação de seu contingente populacional e na sociedade em geral, por meio de iniciativas inovadoras e contestantes à realidade hegemonicamente imposta a todos. A economia solidária traz a vontade de transformar a sociedade contemporânea. Lisboa (2000) destaca que suas propostas não se restringem a alternativas de combate ao desemprego porque práticas propositivas integram um movimento de resistência e de

rebeldia à lógica capitalista e cartesiana. Faz parte de sua lógica um movimento social maior, antiutilitarista, que reivindica a “reintegração da atividade econômica nas relações sociais através da desmercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro” (LISBOA, 2000, p. 67).

As relações de trabalho compreendem outro aspecto a ser ressignificado perante a adoção da economia solidária. Kanan (2011) mostra bem como tais relações são impactadas positivamente no tocante à implantação e ao desenvolvimento desta iniciativa popular, a partir da ótica da sustentabilidade, do gerenciamento e dos fatores humanos contidos no processo. Dessa forma, a economia solidária apresenta iniciativas democráticas de autogestão fortemente disseminadas e alardeadas nos modelos de gestão mais atuais:

Nas organizações de economia solidária, essas iniciativas carregam em seu escopo a possibilidade de estabelecimento do processo de vinculação entre o sujeito, seu trabalho e a organização. Satisfação, envolvimento, comprometimento, suporte, reciprocidade e justiça organizacional encontram maior possibilidade de se concretizarem ou se estabelecerem em organizações solidárias do que em organizações competitivas. A maior responsabilização e participação do trabalhador nas decisões são razões que justificam essa afirmação. Isso é possível em razão de que as organizações de economia solidária proporcionam aos sujeitos que nelas trabalham a capacitação para a participação e para o próprio trabalho. É pertinente ainda considerar que, nas organizações de economia solidária autogeridas, a transparência na gestão e o empenho dos gestores para a consecução das metas e objetivos

constituem fontes de eficiência consideráveis. Quando oportunizadas vivências e experiências de dignidade, justiça e equidade, o trabalho amplia-se e é enriquecido para além da técnica e do método (KANAN, 2011, p.7-8).

De nada adiantaria reformular os moldes da produção agrícola se o modo de se consumir continuasse com resquícios da produção em massa, em larga escala. Trata-se de uma mudança também na maneira de como encaramos o consumo. Consumir apenas o necessário, sem desperdício e conscientemente, selecionando e aproveitando os rejeitos para a conservação e preservação do meio ambiente. Em associação à crítica enunciada, o modelo de economia solidária pressupõe o consumo solidário decorrente da seleção do que consumir, sustentada pela consideração para além do próprio bem-viver pessoal, e igualmente determinada pelo bem-viver coletivo (MANCINI, 1999). Ainda, é considerado solidário o consumo que privilegia o coletivo antes do individual; que é responsável, na medida em que o que é consumido está de acordo com o necessário, sem desperdício. Por isso, rejeita e opõe-se ao supérfluo, mesmo diante dos apelos infundáveis da mídia. Tais entendimentos respaldam-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que assevera a alimentação como uma necessidade vital, portanto, um direito fundamental de cada pessoa, de acordo com as singularidades de cada um. Assim, dois pressupostos básicos à vida em coletivo

perpassam esses enunciados: a justiça e a equidade (KANAN, 2011).

As práticas de consumo solidário são direcionadas pela preferência por produtos e serviços que não exploram trabalhadores e não agredem o meio ambiente. Quando concebidas como empreendimentos, se produzirem excedentes, estes serão reinvestidos coletivamente, de maneira a criar novos postos de trabalho, ampliar a cadeia produtiva, aumentar o consumo produtivo de materiais de manutenção, insumos, entre outros.

8 Considerações finais

O MST possui um ideal definido e embasado pela prática e pelo histórico de lutas desde sua consolidação, nos anos 1980. Com o avanço das tecnologias e, conseqüentemente, da degradação ambiental, o movimento não podia ter adotado outra postura senão a aliança com a EA como forma de encarar e superar este obstáculo que se mostra cada vez maior no âmbito agrícola.

Após a transição de educação rural para Educação do Campo, sob os vieses tratados neste artigo, o MST conseguiu lançar mão de materiais para a formação e educação de seus assentados e de todos os componentes do movimento, buscando impactar na sociedade por meio da educação de suas crianças e jovens, visando à formação mais consciente sobre o meio ambiente e o papel que

ocupamos nele. Não somos apenas consumidores do que a terra nos dá, mesmo que por meios mecânicos, somos parte da terra e, por conseguinte, se não a preservarmos, estaremos prejudicando a nós mesmos.

A reconfiguração social proposta pelo movimento é de certa forma tão abrangente e, ao mesmo tempo, arriscada, que as relações de trabalho que se apresentam na sociedade há mais de dois séculos correm o risco de serem profundamente modificadas. Não seremos utópicos em levantar hipóteses de reconfiguração total da relação de trabalho, mas percebemos com este trabalho que, por meio de uma diretiva social, com o engajamento da maior parte da população local, respaldados por uma formação adequada e aprofundada, pequenos atos isolados estão se espalhando, na forma de cooperativas e associações, onde o lucro e a exploração não fazem parte do cotidiano do modo de produção.

Por fim, constatamos que a sustentabilidade assume, como novo critério básico e integrador, a função de fortalecer valores coletivos e solidários, a partir de práticas educativas contextualizadas e problematizadoras, que tenham como objetivo formar os sujeitos de forma crítica e reflexiva. Assim, busca-se fazer com que a escola e outros ambientes pedagógicos adotem uma atitude de ação-reflexão-ação em torno da problemática ambiental para que haja a reconfiguração do

paradigma atual sobre a produção industrial, bem como sobre o modo pelo qual a preservação ambiental é vista neste contexto capitalista hodierno.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M; FERNANDES, B. M. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BRASIL. *Constituição Federal (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.html>. Acesso em 20 ago. 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. Brasília: Edições MMA, 2005.

_____. *Agrotóxicos no Brasil*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, 2011. Disponível em:

<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvarv/CONTAG01_40_210200792814.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CALDART, R. S. *Por uma educação do campo*: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”, 2002.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

JACOBI, P. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, março de 2003.

PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição*: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.

KANAN, L.A. Consumo sustentável & economia solidária: alguns conceitos e contribuições da Psicologia. *Fractal Rev. Psicol.*, v. 23, n. 3, Rio de Janeiro, sept. - dec. 2011.

LE GRANGE, L. Towards a “language of probability” for environmental education in South Africa. *South African Journal of Education* 22(2): 83-87, 2002.

LIMA, G. F.C. *Educação e sustentabilidade*: possibilidades e falácias de um discurso, 2002.

Disponível em:

<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sociedade_do_conhecimento/Gustavo%20F.%20Costa%20Lima.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

LISBOA, A. M. Os desafios da Economia Popular Solidária. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 189, p.51-67, 2000.

MANCE, E. A. *A revolução das redes*: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999

MARCATTO, C. *Educação ambiental*: conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. *Terra não se ganha, se conquista*. (Caderno de Formação nº 09). São Paulo, 1986.

MUNARIM, A. Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Anual da ANPEd (Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Caxambu (MG): 2008. *Anais*. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT03-4244-Int.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

PEREIRA, F. A. *A Educação de pessoas jovens e adultos e a cidadania no campo*: um olhar sobre o PRONERA norte de

Tocantins. 2008, 108f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de João Pessoa, PB, 2008.

SANTOS, R. B. Histórico da educação do campo no Brasil – Apresentado no Eixo temático: Educação do Campo, Trabalho e Movimentos Sociais. 2012. Disponível em: <<http://licenciatura.educampo.ufsc.br>>. Acesso em 10 out. 2015.

SOUZA, M. A. Educação em assentamentos: relações (re)criadas no cotidiano do movimento social. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPEd (Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Poços de Caldas (MG): 2003. *Anais*. Disponível em: <<http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/mariaantoniadesouza.rtf>>. Acesso em 15 ago. 2015.

_____. A pesquisa em educação e movimentos sociais do campo. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Anual da ANPEd (Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Caxambu (MG): 2008. *Anais*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03-4765-int.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2015.

WEISSHEIMER, M. A. Ranking da Anvisa aponta alimentos contaminados por agrotóxicos. *Carta Maior*, de 07/12/2011. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Ranking>>

da-Anvisa-aponta-alimentos-contaminados-por-agrotoxicos%0D%0A/3/18208>. Acesso em 10 dez. 2015.

Recebido em: 07 de julho de 2016
Revisões requeridas: 11 de julho de 2017
Aceito em: 15 de julho 2017.